



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

## CONTRATO Nº 32 / 2024

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERPRETAÇÃO/TRADUÇÃO SIMULTÂNEA EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS), CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, E A EMPRESA GESTALK TECNOLOGIA PARA INCLUSAO SOCIAL LTDA**

**Processo nº 0001762-76.2023.6.08.8000**

Compareceram de um lado, a UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO**, situado na Avenida João Baptista Parra, 575, Praia do Suá, Vitória/ES, CEP 29.052-123, inscrito no CNPJ sob o nº 03.910.634/0001-70, neste ato representado por seu Diretor Geral, Senhor **ALVIMAR DIAS NASCIMENTO**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº \*\*\*.280.887-\*\*, no uso de suas atribuições, a seguir designado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **GESTALK TECNOLOGIA PARA INCLUSAO SOCIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o número 41.428.781/0001-05, estabelecida na Estrada Fernando Ferrari, 7063, Passo do Pinto, Glorinha/RS CEP 94380-000, Telefone: (51) 99443-3808, endereço eletrônico: contato@gestalk.org / bibiana@gestalk.org, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada por sua Sócia Administradora, Sra. **BIBIANA VICENTE DOS SANTOS**, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº \*\*\*.202.790\*\*, daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, têm, entre si, justo e avençado e celebram, por força do presente instrumento e de conformidade com as disposições legais, mormente, as normas: Lei nº 14.133 de 1º/04/2021, Resolução TRE-ES nº 140/2017 (Código de Ética), o presente **CONTRATO**, sob o regime de execução indireta - **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Prestação de serviços de tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para a Língua Portuguesa e vice versa, com cessão de imagem, em qualquer modalidade em que se apresentarem, seja falada (oral/auditiva), sinalizada (visual/espacial) ou escrita, nas formas simultânea ou consecutiva, ao vivo ou ensaiada, gravada em sessões no plenário da Corte, em eventos, reuniões, seminários, conferências, workshops, cursos, palestras, discursos, apresentações, atendimentos, visitação pública e outras atividades, eventos e projetos institucionais promovidos pelo TRE-ES, se assim julgar necessário, sob demanda.

#### **§1º. Da Documentação Complementar**

A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições constantes do Edital de Pregão Eletrônico nº 90028/2024, além das obrigações assumidas na proposta firmada pela Contratada, contendo o valor unitário dos serviços a serem executados que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem.

#### **§2º. Da Comunicação Entre Contratante e Contratada**

a) Toda e qualquer documentação relativa à contratação deverá ser encaminhada à outra parte, prioritariamente, através de correio eletrônico;

a.1) O Contratante poderá, a seu critério, solicitar a apresentação de documento original ou cópia autenticada para verificação da autenticidade dos documentos enviados por correio eletrônico;

b) A comunicação será considerada recebida após a confirmação de entrega automática encaminhada pelo Outlook, independentemente de confirmação de recebimento por parte da Contratada, ficando sob sua responsabilidade a verificação da conta de *e-mail*;

c) As partes se obrigam a informar o endereço eletrônico de contato em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do instrumento contratual, caso não tenha sido informação previamente.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

a) As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021 (Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito da Justiça Eleitoral) em relação aos dados pessoais a quevenham ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual;

a.1) A Contratada obriga-se a seguir as diretrizes e instruções transmitidas pelo Contratante.

b) É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

c) Na hipótese de se verificar que o cumprimento deste contrato dependa da transferência, compartilhamento e/ou recebimento de dados pessoais de/para terceiros, a Contratada se compromete a informar ao Contratante, por escrito, com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias úteis, para que este autorize expressa, formal e previamente a referida prática pela Contratada.

d) A Contratada obriga-se a facultar acesso a dados pessoais somente para o pessoal autorizado, naquilo que for estritamente necessário, e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, devendo tal compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição à Justiça Eleitoral, mediante solicitação.

d.1) Todos os colaboradores da Contratada que vierem a ter acesso à rede de computadores do Contratante, a sistemas da Justiça Eleitoral ou a documentos físicos que contenham dados pessoais para a execução de suas atividades deverão assinar um Termo de Sigilo e Responsabilidade.

e) As medidas de segurança deverão ser adequadas para proteger os dados pessoais contra (i) a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental; (ii) a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, mormente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede; e (iii) qualquer outra forma de tratamento ilícito; bem como assegurar um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação.

f) A Contratada obriga-se a auxiliar, em toda providência que estiver ao seu alcance, no atendimento pela Justiça Eleitoral de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados.

g) O Contratante tem direito, mediante solicitação formal, às informações sobre o tratamento dos dados pessoais a que a Contratada venha ter acesso em decorrência da execução contratual, que serão disponibilizadas de forma clara e adequada.

h) Em caso de exposição/vazamento de dados ou qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais as partes deverão adotar os seguintes procedimentos:

h.1) Na hipótese de verificação por parte do Contratante, este obriga-se a comunicar o fato imediatamente à Contratada, para que tome as providências cabíveis e necessárias no prazo máximo de 2 (dois) dias;

h.2) Na hipótese de verificação por parte da Contratada, esta obriga-se a cientificar o Contratante no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e a adotar as providências cabíveis e necessárias no prazo máximo de 2 (dois) dias;

h.3) Em ambos os casos, a Contratada deverá comunicar documentadamente ao Contratante as providências adotadas, a extensão dos eventuais danos e todas as informações relevantes sobre o incidente.

i) A Contratada deverá descartar de forma irreversível, ou devolver para a Justiça Eleitoral, todos os

dados pessoais e as cópias existentes, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE**

a) Promover, através de seu representante, o acompanhamento e fiscalização dos serviços, nos aspectos quantitativos e qualitativos, incluindo:

- a.1) anotação em registro próprio de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- a.2) comunicação das ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada;
- a.3) informação a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

b) Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar alguma tarefa;

c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

d) Proceder ao recebimento dos serviços em até 05 dias úteis a partir de sua execução, após a verificação da conformidade com as especificações previstas neste instrumento;

e) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preços e prazo estabelecidas neste instrumento.

**parágrafo único.** Não obstante a Contratada ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados.

### **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

a) Proceder à assinatura digital do contrato ou aditivos em até 03 (três) dias úteis após a sua disponibilização no ambiente SEI do TRE/ES;

b) Executar os serviços conforme as especificações contidas neste instrumento;

b.1) A Contratada deverá estar apta a executar os serviços no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da assinatura do contrato;

b.2) Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto e das sanções aplicáveis, dentre outros;

c) Providenciar a comprovação da qualificação dos profissionais, bem como a cessão de direitos de uso de imagem e voz e do material elaborado e/ou divulgação em material impresso, rádio ou TV para uso pelo Contratante, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da assinatura deste contrato e sempre que houver novo profissional alocado para a prestação dos serviços, contados da respectiva alocação;

c.1) O direito patrimonial e a propriedade intelectual em caráter definitivo de todos os resultados produzidos em consequência da prestação dos serviços, inclusive sobre eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, serão do Contratante, que poderá distribuir, alterar e utilizar sem limitações os resultados produzidos;

c.2) Os direitos autorais dos produtos gerados serão do Contratante, ficando proibida sua utilização por parte da Contratada sem autorização expressa, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis;

d) Acatar as instruções, sugestões, observações e decisões que emanem da fiscalização, corrigindo as falhas e superando as dificuldades apontadas quanto ao cumprimento das cláusulas contratuais;

e) Abster-se de oferecer este contrato em garantia de operações de crédito bancário a seu favor ou para outros, assim como não veicular publicidade sobre ele sem prévia autorização da administração do TRE/ES;

- f) Comunicar ao TRE-ES, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais;
- g) Responsabilizar-se pelo transporte de seus profissionais, independentemente do horário de início e de término da prestação dos serviços, fornecendo e exigindo dos funcionários o uso de vestimentas adequadas e todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles funcionários que se negarem a usá-los;
- h) Zelar para que os funcionários tenham conduta adequada no ambiente do Tribunal Regional Eleitoral e obediência às normas da Corte Eleitoral;
- i) Manter sigilo (não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio ou de terceiros), sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros que tomarem ciência em razão da execução do objeto do contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido;
- j) Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional;
- j.1) Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos ao Tesouro Nacional;
- k) Comunicar ao tribunal qualquer alteração no quadro societário e/ou no quadro de empregados que contrarie as disposições da Resolução CNJ nº 07/2005 e alterações posteriores;
- l) Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- l.1) Sempre que solicitado pela Administração, a Contratada deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
- m) Indicar, em até 03 (três) dias úteis após a assinatura do contrato, o preposto mediante declaração com nome completo e qualificação profissional, contendo seu número de telefone (fixo e celular) e endereço eletrônico para contato;
- m.1) Eventuais substituições do preposto deverão ser comunicadas com as mesmas informações pessoais acima, com antecedência mínima de 24 horas;
- m.2) O preposto deverá possuir capacidade gerencial para efetuar atendimentos aos profissionais alocados para a prestação dos serviços e tratar de todos os assuntos definidos no contrato, bem como atender às solicitações do Contratante;
- n) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, responsabilizando-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- o) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;
- p) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

### **§1º. Da Especificação dos Serviços**

- a) Os serviços poderão ser prestados para a sede do TRE-ES e para as Zonas Eleitorais;
- a.1) Na Sede do TRE-ES e nas Zonas Eleitorais da Grande Vitória, a tradução será realizada na forma presencial;
- a.1.2) A tradução remota na Sede do TRE e nas Zonas Eleitorais da Grande Vitória somente será realizada a juízo exclusivo do Contratante;
- a.2) Para eventos realizados nas Zonas Eleitorais do interior do Estado, a tradução será por meio de interpretação simultânea remota (RSI), cabendo à Contratada dispor dos recursos tecnológicos e conexão para oferta do serviço, sempre que o intérprete se encontrar em local diverso da realização

do evento ou de onde fala o orador;

b) Nas sessões plenárias realizadas de forma remota, o intérprete deverá participar da sala virtual criada na plataforma digital como participante da reunião, pelo link que será disponibilizado 30 minutos antes da sessão, devendo garantir que sua janela tenha qualidade na visualização dos usuários e permaneça ativa durante todo o período de transmissão;

c) Para a transmissão dos eventos presenciais realizados no Plenário do Tribunal Regional Eleitoral, a Contratada deverá fornecer equipamentos de filmagem e de computação, para inserção das imagens, as quais devem ser claras e possuir boa qualidade de visualização, sujeitos à avaliação de segurança por parte da equipe técnica do Contratante, para a transmissão dos eventos ao vivo e gravados;

d) A Contratada deverá fornecer os recursos tecnológicos necessários, bem como os equipamentos de câmera, computador e iluminação para a realização do serviço;

d.1) As câmeras a serem utilizadas para gravação e transmissão dos eventos presenciais realizados no Tribunal Regional Eleitoral deverão possuir qualidade mínima de full hd, com garantia de qualidade da imagem;

e) Para eventos gravados previamente, a inserção da interpretação para transmissão posterior, em espaço ou janela de Libras, para divulgação e publicação na internet (sítio eletrônico, canal de youtube e redes sociais do TRE-ES) deverão ser realizadas com prazo a ser estipulado pela equipe de fiscalização a depender do conteúdo a ser traduzido, em prazo não inferior a 24 horas da sua disponibilização pelo Contratante;

f) Quanto às interpretações em Libras por meio de vídeo reproduzido em espaço ou janela de Libras, recomenda-se adotar os requisitos básicos a seguir, extraídos do Guia de Produções Audiovisuais Acessíveis da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, que está conforme com a norma técnica ABNTNBR 15290:2016:

f.1) Recorte ou wipe: as dimensões recomendadas para o espaço/janela de libras são:

f.1.1) Altura mínima:  $\frac{1}{2}$  da altura da tela - a altura da janela deve ser no mínimo metade da altura da tela do televisor ou de outro dispositivo;

f.1.2) Largura mínima:  $\frac{1}{4}$  da largura da tela - a largura da janela deve ocupar no mínimo a quarta parte da largura da tela do televisor ou de outro dispositivo;

f.1.3) Localização do recorte: sempre que possível, o recorte deve estar localizado de modo a não ser coberto por imagens ou pela tarja preta da legenda oculta;

f.2) Posição: a janela de Libras deve ser posicionada à esquerda da tela e não deve ser sobreposta por símbolos ou outras imagens;

f.2.1) No caso de videoconferências gravadas ao vivo, o intérprete de Libras poderá se apresentar na janela de Libras convencional ou em espaço fixado no mosaico com os demais participantes do evento audiovisual;

f.3) Iluminação: é necessário que sejam utilizados dois pontos de iluminação para o intérprete - um frontal, diagonal superior, e outro no topo da cabeça para eliminar todas as sombras no tecido ao fundo ou no intérprete;

f.4) Plano de fundo: o plano de fundo deverá ser nas cores azul ou verde, em tonalidade compatível para a aplicação da técnica *chroma key*, para possibilitar o apagamento completo do fundo no vídeo de forma digital e viabilizar a inserção também digital de qualquer imagem para preenchimento, caso necessário;

f.5) Enquadramento do Intérprete: para o adequado enquadramento da imagem do intérprete na janela de libras, a posição da câmera deve considerar as medidas a seguir:

f.5.1) Parte superior: o quadro superior da câmera deve ficar entre 10 e 15 cm acima da cabeça do intérprete;

f.5.2) Parte inferior: 5 cm abaixo do umbigo do intérprete;

f.5.3) Parte lateral: corresponde ao espaço de distanciamento entre os cotovelos do intérprete, posicionando-se as mãos em frente ao peito até que as pontas dos dedos médios se toquem;

f.5.3.1) Dependendo da necessidade, o espaço de sinalização pode ser acrescido de até mais 10 cm para cada lado a partir dos cotovelos;

f.5.4) Em hipótese alguma a gravação poderá ser exibida com cortes das mãos, braços e cabeça do tradutor ou intérprete de Libras;

f.5.5) Para adicionar a gravação da tradução/interpretação em libras ao vídeo principal por meio do espaço ou janela de Libras, recomenda-se usar a técnica de sobreposição de vídeos também conhecida como picture-on-picture (PIP);

g) A Contratada deverá apresentar os profissionais ao Gestor do Contrato, ou ao responsável designado pelo Gestor, no local indicado para a realização do evento com no mínimo 45 (quarenta e cinco) minutos antes do início do evento, para fins de identificação e credenciamento perante a área de Segurança do TRE e para verificação das condições do local e das características do evento;

g.1) Esse período não será computado como hora trabalhada para efeito de contabilização do pagamento da prestação do serviço;

g.2) O atraso ou o não comparecimento do profissional para a realização dos serviços em número superior a 3 (três) ocorrências, sem justificativa aceita pelo Contratante, poderá ser motivo para rescisão contratual;

h) O serviço deverá ser prestado por 2 (dois) intérpretes em regime de revezamento, a cada 20 (vinte) minutos, para assegurar o descanso alternado dos profissionais;

h.1) O tempo de 20 (vinte) minutos para a alternância deverá ser cronometrado pelos próprios intérpretes;

i) Os intérpretes deverão utilizar como vestimenta blusa ou camisa social de mangas curtas ou longas, com decote fechado, sem conter detalhes com estampas, formas ou listras, evitando tons próximo ao tom da pele do intérprete;

j) Para as Ordens de Serviço relativas às Sessões Plenárias e Eventos previamente **agendados mensalmente**, a Contratada terá o prazo de até 3 (três) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço para apresentar a Escala Mensal dos Intérpretes/Tradutores que participarão dos referidos eventos, contendo nome, o número do CPF, termo de autorização de uso de imagem e voz e a comprovação da qualificação de cada um dos profissionais;

k) Para os eventos cuja realização forem determinados em prazos exíguos, a exemplo das **Sessões Extraordinárias e Entrevistas**, a Contratada terá o prazo de até 04 (quatro) horas antes do início dos serviços durante os dias úteis e de até 8 (oito) horas antes do início dos serviços durante os fins de semana e feriados, para apresentar os profissionais habilitados para a interpretação/tradução dos eventos;

l) O valor da hora-base deverá contemplar a cessão de uso de imagem e voz;

l.1) Considerar-se-á como hora-base a hora de interpretação de LIBRAS realizada simultaneamente ou consecutivamente por 02 (dois) intérpretes em regime de revezamento, a cada 20 (vinte) minutos.

## §2º. Das Rotinas de Execução dos Serviços

a) O Contratante requisitará a prestação dos serviços por meio de Ordem de Serviço elaborada pela fiscalização do contrato e enviada por meio eletrônico (email);

a.1) A confirmação de recebimento da Ordem de Serviço dar-se-á pela confirmação de recebimento do outlook;

a.2) A requisição ou solicitação será repassada à Contratada com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência do horário previsto para o início do evento e conterá detalhes como dia, horário, duração estimada e temática do evento;

b) As horas de início e de término do evento constante da Ordem de Serviço são apenas estimativas;

c) A hora de início considerada para cômputo da jornada de trabalho dos profissionais será sempre aquela indicada na Ordem de Serviço para o início do evento, não se descontando da jornada eventuais atrasos não imputáveis à Contratada;

d) Se o evento se estender após o horário previsto para término, a Contratada deverá garantir o quantitativo

mínimo de intérpretes para a continuidade da prestação do serviço;

e) Quando da ocorrência de eventuais imperfeições e deficiências no curso da execução dos serviços, a Contratada será notificada, por escrito, com prazo fixado para sua correção, o qual não poderá ultrapassar 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação;

f) O cancelamento do serviço deverá ser informado à Contratada com, no mínimo, 3 (três) horas de antecedência do início do evento;

f.1) Caso o evento seja cancelado, em parte ou integralmente, a menos de 3 (três) horas do seu início, o Contratante ressarcirá a Contratada por 01 (uma) hora de serviço.

### **§3º. Da Qualificação dos Profissionais**

A Contratada deverá comprovar a qualquer tempo, quando exigido pelo Contratante, a seguinte qualificação dos profissionais para prestação dos serviços, obrigando-se a estabelecer critérios rigorosos a fim de recrutar e selecionar profissionais habilitados:

a) comprovação de experiência profissional de, no mínimo, 6 (seis) meses na atividade;

b) declaração da Associação de Surdos ou de instituição reconhecida, que comprove a atuação como intérprete de Libras na comunidade surda, tais como: Associação dos Pais e Amigos dos Surdos e Outras Deficiências do Espírito Santo (APASOD); Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis); Associação dos Profissionais Tradutores de Língua Brasileira de Sinais do Espírito Santo (ApilES); e Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (Febrapils);

c) conhecimento dos termos técnicos utilizados no vocabulário jurídico e dos termos técnicos pertinentes ao evento para o qual foi solicitado o serviço de interpretação;

d) se possuírem somente nível médio:

d.1) fluência na interpretação de Libras, de forma simultânea ou consecutiva, a partir de origem falada (oral/auditiva), sinalizada (visual/espacial) ou escrita, mediante apresentação de certificado em:

d.1.1) cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;

d.1.2) cursos de extensão universitária e cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação;

d.1.3) formação realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no item a.1.1.2;

d.2) escolaridade mínima em nível médio, haja vista o disposto na Lei nº 12.319/2010, que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Libras;

e) se possuírem nível superior: Certificado de conclusão de curso de graduação de Letras-Libras (bacharelado), reconhecido pelo MEC.

### **§4º. Das Obrigações dos Profissionais**

Os profissionais a serem alocados na prestação dos serviços devem:

a) ser experientes e capacitados para o exercício da função de Intérprete de Libras, conforme qualificação dos profissionais descrita neste instrumento e ditames da Lei nº 12.319/2010, que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete de Libras;

b) primar pela apresentação pessoal necessária à execução do serviço;

c) garantir a fidedignidade (o intérprete não altera a informação), a imparcialidade (o intérprete não interfere com opiniões próprias) e a impessoalidade (o intérprete é um instrumento impessoal) na prestação do serviço;

d) ser discretos, prestativos, atenciosos, educados, cordiais, especializados e qualificados para o desenvolvimento de suas tarefas e para prestar o melhor atendimento ao Contratante;

e) manter-se atualizados e bem informados quanto às rotinas e aos procedimentos adotados;

f) manter sigilo das informações e dos dados a que tiverem acesso durante a execução dos serviços;

g) apresentar-se ao funcionário responsável pelo evento no local estabelecido, conforme informado na ordem de serviço, utilizando vestimentas adequadas à natureza do serviço contratado, com 45 (quarenta e cinco) minutos de antecedência de seu início, para fins de identificação e credenciamento perante a área de Segurança do TRE e para verificar as condições e características do local, do público, dos palestrantes e das atividades a serem realizadas;

g.1) Esse período não será computado como hora trabalhada para efeito de contabilização do pagamento da prestação do serviço.

## CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O Contratante pagará à Contratada, mensalmente, o valor correspondente aos serviços efetivamente executados, mediante depósito bancário em sua conta corrente, até o 5º da útil subsequente ao recebimento definitivo/aceite do material, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fato impeditivo provocado pela mesma, obedecida a ordem cronológica prevista no art. 141 da Lei nº 14.133/21, observados os seguintes valores unitários:

Item	Objeto	Unidade	Quant. Estimada	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviços na forma simultânea ou consecutiva presencial	Hora	600	R\$ 140,00	R\$ 84.000,00
2	Serviços na forma simultânea ou consecutiva remota (RSI)	Hora	600	R\$ 100,00	R\$ 60.000,00
3	Serviços na forma pré-gravada (audiovisual)	Minuto	18.000	R\$ 1,20	R\$ 21.600,00

§1º. O valor total estimado do presente Contrato é de **R\$ 165.600,00** (cento e sessenta e cinco mil e seiscentos reais), sendo:

VALORES CONTRATUAIS POR EXERCÍCIO FINANCEIRO		
PERÍODO	MEMÓRIA DE CÁLCULO	VALOR
2024	Valor Estimado	R\$ 33.840,00
TOTAL 2024		R\$ 33.840,00
2025	Valor Estimado	R\$ 55.200,00
TOTAL 2025		R\$ 55.200,00
2026	Valor Estimado	R\$ 55.200,00
TOTAL 2026		R\$ 55.200,00
2027	Valor Estimado	R\$ 21.360,00
TOTAL 2027		R\$ 21.360,00
TOTAL GERAL		R\$ 165.600,00

§2º. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente, no que se refere as retenções tributárias.

§3º. O documento fiscal apresentado por ocasião do pagamento deverá ser, obrigatoriamente, emitido pelo mesmo estabelecimento habilitado no procedimento licitatório.

§4º. Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvido à Contratada pelo Gestor do Contrato e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação.

§5º. A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

§6º. A declaração de que trata o parágrafo anterior poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital



do representante legal e respectiva data da assinatura.

§7º. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento próprio, são calculados por meio da aplicação da fórmula  $EM = I \times N \times VP$ , na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$        $I = 6/100/365$        $I = 0,0001643$  Em que  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%

§8º. O valor mínimo de pagamento para os **eventos gravados previamente** será de **1 (um) minuto**, ou seja, o **primeiro minuto** será pago de **forma integral** e os **minutos fracionados** serão pagos de forma fixa, em períodos mínimos de 30 (trinta) segundos. Para os **eventos ao vivo**, a remuneração mínima será de **1 (uma) hora**, ou seja, a primeira hora será paga de **forma integral** e as horas fracionadas serão pagas de forma fixa, em períodos mínimos de 30 (trinta) minutos.

## **CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

Este instrumento poderá ser alterado em conformidade com as disposições dos artigos 124 a 134 da Lei n.º 14.133/21.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO**

O presente instrumento contratual poderá ser reajustado de acordo com o índice IPCA/IBGE, sendo que a periodicidade do mesmo será de 12 (doze) meses contados a partir da data do orçamento estimado.

§1º. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

§2º. A decisão sobre o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos respectivos documentos comprobatórios.

## **CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O presente Contrato terá vigência de **36 (trinta e seis meses) meses, com início na data de sua assinatura**, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite de 10 (dez) anos.

## **CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa decorrente da aquisição do objeto deste contrato tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual – LOA, encontra-se em compatibilidade com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, conforme disposto no artigo 16 da Lei Complementar n.º. 101/2000, e correrá à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Anual deste Tribunal Regional Eleitoral:

AÇÃO: 02.122.0033.20GP.0032 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral no Estado do Espírito Santo

339039 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Empenho nº 2024NE000446 de 27/09/2024.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

Em conformidade com as disposições previstas no edital de licitação, pelo descumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

a) Pelo atraso injustificado superior a 05 (cinco) minutos no início dos serviços relativos aos eventos ao vivo, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multacorrespondente a 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor mensal do Contrato (média estimada sobre valor integral do contrato);

b) Pelo atraso injustificado na entrega dos arquivos relativos aos eventos gravados previamente, a

Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa diária no percentual de 0,25%, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, calculada sobre o valor do objeto em atraso;

c) Pela inexecução parcial do contrato, a Contratada estará sujeita à penalidade de multa de 15%, calculada sobre o valor do objeto ou período inexecutado, conforme o caso;

d) Pela inexecução total do contrato, a Contratada estará sujeita à penalidade de multa de 30%, calculada sobre o valor total do contrato;

e) Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a Contratada estará sujeita a multa de mora no percentual de 0,25% por ocorrência, calculada sobre o valor total do contrato.

**§1º.** Caracterizará a inexecução contratual, suscetível à punição conforme disposto nas alíneas “c” e “d”, conforme o caso:

a) inexecução total do contrato:

a.1) a não execução de qualquer serviço previsto, expirados todos os prazos contratuais;

a.2) a não assinatura de termo aditivo de prorrogação de vigência, após anuência formal da Contratada;

b) inexecução parcial do contrato: o remanescente do contrato em caso de rescisão unilateral;

c) inexecução total da obrigação: o atraso superior a 30 dias na entrega dos arquivos relativos aos eventos gravados previamente.

**§2º.** Poderão ser aplicadas as demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, cumuladas às multas acima previstas.

**§3º.** Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**§4º.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada por meio de Guia de Recolhimento da União ou judicialmente.

**§5º.** A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**§6º.** As sanções aplicadas serão publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis).

**§7º.** A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

**§8º.** A contagem dos prazos inicia-se automaticamente no primeiro minuto ou dia de atraso na execução do objeto, conforme o caso, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pela Contratada, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do objeto.

**§9º.** Os prazos admitem prorrogação somente nos casos em que o motivo do atraso ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE-ES, devendo a solicitação ser sempre por escrito e recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS E DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO**

Da aplicação das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento do processo.

§1º. No caso de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

§2º. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO E DA NULIDADE DO CONTRATO**

A extinção deste contrato obedecerá ao disposto nos artigos 137 a 139 da Lei n.º 14.133/21 e suas alterações, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§1º. Do ato de que determinar a extinção deste contrato caberá recurso, ou pedido de reconsideração relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação.

§2º. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a declaração de nulidade do contrato observará o disposto nos artigos 147 a 150 da Lei n.º 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DIVULGAÇÃO**

A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia deste contrato e de seus aditamentos e ocorrerá na forma do art. 94 da Lei n.º 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

Para dirimir questões derivadas deste contrato fica nomeado o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Vitória/ES.

E por estarem justas e acordadas, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato assinado eletronicamente pelas partes.



Documento assinado eletronicamente por **ALVIMAR DIAS NASCIMENTO, Diretor Geral**, em 30/09/2024, às 19:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **BIBIANA VICENTE DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 01/10/2024, às 14:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1250923** e o código CRC **0678A04A**.